



Submetido 25/6/2024; Avaliado 7/4/2025; Revisado: 15/7/2025; Aceito: 12/8/2025; Publicado: 12/8/2025

**EXPERIÊNCIA NO CURSO RACISMO ESTRUTURAL E DEMOCRACIA:
A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DO RACISMO EM ESCOLAS DE FORTALEZA (CEARÁ)**

**EXPERIENCE OF THE COURSE ON STRUCTURAL RACISM AND DEMOCRACY:
THE PURSUIT OF OVERCOMING RACISM IN SCHOOLS OF FORTALEZA (CEARÁ)**

**EXPERIENCIA EN CURSO SOBRE RACISMO ESTRUCTURAL Y DEMOCRACIA:
LA BÚSQUEDA DE SUPERAR EL RACISMO EN ESCUELAS DE FORTALEZA (CEARÁ)**

ODS¹ a que a temática está vinculada: *Educação de Qualidade*

Geyse Anne Souza da Silva, <https://orcid.org/0000-0003-0530-5877>  ²

Cassiane Nascimento de Carvalho, <https://orcid.org/0009-0008-5057-4295>  ³

Lúcia Albuquerque do Carmo, <https://orcid.org/0009-0001-9483-3884>  ⁴

Cícera Maria Silva, <https://orcid.org/0009-0009-2184-0782>  ⁵

Eduardo Gomes Machado, <https://orcid.org/0000-0002-9321-6745>  ⁶

Resumo: Neste relato apresentamos as experiências do curso “Racismo estrutural e Democracia: a busca pela superação do racismo na escola”, concebido e executado pela Escola Popular de Educação em Direitos Humanos (EPEDH), vinculado à organização Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), em parceria com o Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares (UNILAB) e com o Instituto Negra do Ceará (INEGRA). O curso, executado entre agosto de 2023 e fevereiro de 2024, promoveu a formação antirracista de professoras e professores atuantes em escolas do Grande Bom Jardim em Fortaleza, Ceará. O processo formativo foi organizado com base nos seguintes eixos: Raça e racismo no Ceará e no Brasil: um reconhecimento de fundamentos histórico-políticos; Democracia e

¹ Este trabalho vincula-se a 01 ou mais ODS - [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

² Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Ativista do Movimento Negro Unificado e pesquisadora do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares.

³ Bacharela em Humanidades e Licenciada em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Assessora Técnica no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS).

⁴ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenadora do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza.

⁵ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora da Rede Pública de Educação do Ceará e ativista do Instituto Negra do Ceará.

⁶ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Doutor em Sociologia. Coordenador do Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares.



políticas de ações afirmativas: uma abordagem interdisciplinar; e Escola e a superação do racismo. Os resultados sugerem que estratégias pedagógicas com perspectivas étnicas, políticas e culturais contribuem no enfrentamento ao racismo no âmbito escolar, assim como na construção de espaços com potencial de transformação social. **Palavras-chave:** Antirracismo. Escola. Democracia. Extensão.

Abstract: In this report, we present the experiences of the course “Structural Racism and Democracy: The Pursuit of Overcoming Racism in Schools,” designed and implemented by the Popular School of Education in Human Rights (EPEDH), linked to the organization Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), in partnership with the Interdisciplinary Extension and Research Group (UNILAB) and the Black Institute of Ceará (INEGRA). The course, conducted from August 2023 to February 2024, promoted anti-racist training for teachers working in schools in the Greater Bom Jardim area in Fortaleza, Ceará. The training process was organized around the following axes: Race and racism in Ceará and Brazil: recognizing historical-political foundations; Democracy and affirmative action policies: an interdisciplinary approach; School and overcoming racism. The results suggest that pedagogical strategies with ethnic, political, and cultural perspectives contribute to addressing racism within schools, as well as in building spaces with the potential for social transformation. **Keywords:** Anti-racism. School. Democracy. Extension.

Resumen: En este informe, presentamos las experiencias del curso “Racismo estructural y Democracia: la búsqueda de superar el racismo en la escuela”, diseñado y llevado a cabo por la Escuela Popular de Educación en Derechos Humanos (EPEDH), vinculada a la organización Centro de Defensa de la Vida Herbert de Souza (CDVHS), en colaboración con el Grupo de Diálogos de Extensión e Investigaciones Interdisciplinarias (UNILAB) y el Instituto Negra de Ceará (INEGRA). El curso, realizado entre agosto de 2023 y febrero de 2024, promovió la formación antirracista de docentes que trabajan en escuelas del Gran Bom Jardim en Fortaleza, Ceará. La formación se organizó en torno a los siguientes ejes: Raza y racismo en Ceará y en Brasil: reconocimiento de fundamentos histórico-políticos; Democracia y políticas de acciones afirmativas: un enfoque interdisciplinario; Escuela y superación del racismo. Los resultados sugieren que las estrategias pedagógicas con perspectivas étnicas, políticas y culturales contribuyen a enfrentar el racismo en el ámbito escolar, así como a construir espacios con potencial de transformación social. **Palabras clave:** Antirracismo. Escuela. Democracia. Extensión.

INTRODUÇÃO

Neste relato de experiência, apresentamos o percurso do curso “Racismo Estrutural e democracia: a busca pela superação do racismo na escola”, realizado entre agosto de 2023 e fevereiro de 2024. A partir de aulas virtuais, aulas de campo e encontros presenciais, foi proporcionado um espaço de formação e de criação e fortalecimento de articulações e redes entre professoras e professores dispostos a enfrentar o racismo na escola.

O curso surge no Grande Bom Jardim, Fortaleza - CE, um território popular-comunitário periférico formado por cinco bairros – Bom Jardim; Canindezinho; Granja Lisboa; Granja Portugal e Siqueira –, com dezenas de comunidades e população de aproximadamente 211 mil habitantes (IBGE, 2010). Marcado por vulnerabilidade social e precariedade urbana extremas, atravessado por múltiplas violências e violações de direitos, que são vivenciadas cotidianamente por seus moradores, afetando particularmente crianças, adolescentes e jovens:

O Grande Bom Jardim tornou-se uma grande periferia urbana precária, onde reside parcela relevante da força de trabalho, ativa e inativa, que ocupa posições instáveis em circuitos inferiores da economia e em mercados formais e informais de trabalho na cidade e nos municípios vizinhos de Caucaia e Maracanaú (Machado; Pereira, 2020, p. 7).

Ao mesmo tempo, desde a sua fundação esse território é fértil em mobilizações e lutas por moradia digna, preservação do meio ambiente, direito à cidade, combate à fome e à miséria, empreendedorismo comunitário, defesa da juventude e comunidade LGBTQIAPN+. Aos poucos, constitui-se um movimento popular-comunitário potente, que agrupa várias gerações em atividade, e que pode ser exemplificado pela Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, reunindo associações e cozinhas comunitárias, organizações da sociedade civil, grupos religiosos, coletivos juvenis e de arte e cultura, fóruns e parceiros acadêmicos (Machado; Pereira, 2020). Nesse contexto, as lutas por educação também compõem a organização e a atuação política da sociedade civil local, agregando trabalhadores/as da educação, estudantes, famílias, comunidades e escolas.

Aqui cabe destacar a liderança do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), instituído em 1994, e que a partir das avaliações coletivas e interinstitucionais efetuadas nos anos mais recentes, envolvendo grupos e coletivos variados, identificou a gravidade do racismo estrutural e a necessidade de enfrentá-lo através de processos ético-políticos e educacionais. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, e sob o peso das múltiplas violências e violações de direitos e de um ativismo de extrema direita que se capilariza e ganha força na sociedade e Estado brasileiros, revela-se um contexto de ameaças e ataques à democracia. Desse modo, em um contexto histórico de necessária defesa da democracia no Brasil, ganha relevância o fortalecimento e a formação de agentes sociais no Grande Bom Jardim para dinamizar o enfrentamento ao racismo no território, particularmente educadores/as nas escolas públicas.

Assim, entendendo que a democratização efetiva requer necessariamente a universalização do acesso, garantia e usufruto dos direitos humanos, a Escola Popular de Educação em Direitos Humanos constitui com parceiros o curso “Racismo estrutural e Democracia: a busca pela superação do racismo na escola”.

EM QUE CONSISTE A PRÁTICA RELATADA



O curso “Racismo estrutural e democracia: a busca pela superação do racismo na escola”, buscou aproximar profissionais da educação que atuem em escolas públicas, oriundas do Grande Bom Jardim e de contextos periféricos, promovendo novas práticas pedagógicas, que relacionem as dinâmicas sociais, as políticas popular-comunitárias e as situações cotidianas na educação escolar. Assim, teve o intuito de fomentar discussões a respeito do racismo enquanto processo histórico, cultural e político do genocídio da população negra brasileira, tornando de conhecimento comum as tecnologias de resistências, epistêmicas, educacionais e artísticas afrocentradas.

CONTEXTO EM QUE OCORRE A AÇÃO

O Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) é uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, gestada a partir da articulação comunitária das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da área pastoral do território do Grande Bom Jardim, instituído e atuante desde 1994. Procura exercer de maneira contínua a defesa da vida, a promoção dos direitos humanos e a difusão da pluralidade cultural, viabilizando a participação social de coletivos populares e outras instâncias sociais na construção de projetos de garantia dos direitos humanos e de afirmação da cidadania nas periferias do Grande Bom Jardim.

Deste modo, a Escola Popular de Educação em Direitos Humanos (EPEDH/CDVHS) é uma iniciativa do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, iniciada no ano de 2012, no Grande Bom Jardim (GBJ), município de Fortaleza/CE. Foi desenvolvida com objetivo de promover espaços educativos voltados para a disseminação de ações teórico-práticas e para afetar políticas pedagógicas, elaborada junto aos movimentos de base popular, funcionando como uma ferramenta de fomento na difusão e defesa dos direitos humanos.

Estando em constante diálogo com os setores populares, a Escola promoveu em uma versão anterior discussões com a temática “Escola de Democracia e Cidadania: diversidade, direitos humanos e cultura de paz”, realizado no ano de 2021. Tendo como propósito a conscientização acerca da cultura de paz para a construção de ações pedagógicas mais alinhadas com as demandas sociais presentes no contexto do Grande Bom Jardim, conforme afirma Clovis Gorczewski e Gionara Tauchen (2008, p. 72):



EXPERIÊNCIA NO CURSO RACISMO ESTRUTURAL E DEMOCRACIA: A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DO RACISMO EM ESCOLAS DE FORTALEZA (CEARÁ)

Área Temática de Extensão: EDUCAÇÃO

A cultura é a própria interação humana, que consciente e intencionalmente mantém relações com as condições políticas, econômicas e sociais. E, entender a cultura como processo de construção histórica, passível de transformação, de aprendizagem, amplia as possibilidades de construção de uma cultura de paz, de uma educação em direitos humanos.

Neste sentido, a EPEDH/CDVHS, articulada à democracia, à cidadania, aos direitos humanos e à cultura de paz, tem o compromisso essencial em denunciar e transcender o sistema de apagamento epistêmico dos agentes, saberes e práticas. Entende-se que a promoção e a democratização do acesso a uma educação libertadora requer/possibilita a construção de processos didático-pedagógicos, curriculares e de ensino-aprendizagem protagonizados por diferentes agentes e narrativas, considerando-se particularmente a valorização das manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas.

Assim, a Escola Popular de Educação em Direitos Humanos vem atendendo de maneira eficiente e comprometida em demonstrar que a educação popular é uma importante fonte de organização da luta por direitos e cidadania, entendendo que essa articulação gera caminhos e força política para enfrentamento às desigualdades, vulnerabilidades, segregações, violências e violações de direitos presentes na sociedade e particularmente nas relações, hierarquias e situações cotidianas vivenciadas nas escolas e em suas comunidades.

Os compromissos pedagógicos da EPEDH/CDVHS são articulados com base em um processo educativo que envolve coletividade e justiça social. Desse modo, referenciado no projeto político-pedagógico da EPEDH/CDVHS de 2022, o curso considera um conjunto de referências: o incentivo ao autoconhecimento; o reconhecimento das diferenças; o entendimento dos espaços e territórios coletivos; a superação de valores de dominação; a afirmação dos valores democráticos e participativos, dentre outras. Essas referências, social e historicamente constituídas e afirmadas no cotidiano da Escola Popular, evidenciam o compromisso na busca por uma sociedade inclusiva, democrática e participativa.

Para desenvolver esse curso, foi necessária a parceria entre a sociedade civil local do Grande Bom Jardim, a universidade e o movimento negro, representados respectivamente pelo CDVHS/EPEDH, o Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares/UNILAB e o Instituto Negra do Ceará (INEGRA), pois entendemos que as parcerias fortalecem e consolidam os conteúdos, a dinâmicas curriculares e a



EXPERIÊNCIA NO CURSO RACISMO ESTRUTURAL E DEMOCRACIA: A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DO RACISMO EM ESCOLAS DE FORTALEZA (CEARÁ)

Área Temática de Extensão: EDUCAÇÃO

proposta pedagógico-didática, bem como os potenciais impactos teórico-práticos educacionais e ético-políticos, na educação básica, na educação superior e na sociedade de forma geral, particularmente nas escolas do território do Grande Bom Jardim.

O grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares (DIÁLOGOS), criado, em 2015, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) tem como vetores essenciais: o caráter participativo, a autorreflexão continuada, a construção coletiva e a contestação às estruturas, processualidades e dinâmicas colonialistas e capitalistas. Desenvolve trabalhos que perpassam o viver e fazer a cidade, buscando apoiar e impactar a construção e a recriação coletiva de experiências, saberes, práticas, conceitos, valores e habilidades, fortalecer os processos, as lutas e as ações pelo direito à cidade.

O Instituto Negra do Ceará (INEGRA) é uma Organização não governamental (ONG) feminista, antirracista e anticapitalista, criada em 2003, cujo projeto político é lutar contra o preconceito e a discriminação racial, sexista e de classe, fortalecendo a construção afirmativa da identidade da mulher negra e propondo políticas públicas que contribuam para a promoção da igualdade de gênero, raça e classe.

A escolha do nome do curso se deu a partir do entendimento dos conceitos “racismo estrutural”, que segundo Silvio Almeida (2019) é alimentado por um modo de operação normal da sociedade, na qual o racismo forjado modela as demais instâncias sociais, produzindo privilégios sociais para uns e instituindo, reproduzindo e buscando normalizar violências a grupos sociais lidos como não brancos. Ao mesmo tempo, compreendendo-se a democracia em sentidos processuais – quem detém e exerce o poder político, quem governa e quem forma as decisões políticas –, e substantivos – mudanças que afirmam a justiça social, enfrentam violências e promovam direitos, considerando-se clivagens de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, território, dentre outras (Machado, 2010). E o lema do curso se inspira no livro Superando o racismo na escola, organizando pelo Kabengele Munanga (2005) que reúne diversos artigos que busca possibilitar a discussão desse tema entre professores, estudantes, movimento negro e sociedade.

Nesse sentido, o curso brota da necessidade de desenvolver experiências formativas antirracistas com profissionais da educação básica da rede pública atuantes no Grande Bom Jardim, em perspectiva histórica, cultural e política, discutindo



criticamente a estruturação e reprodução das desigualdades raciais no Brasil. Destacamos, ainda, que um dos nossos objetivos, foi contribuir com a formação de professores da rede de ensino para a aplicação da Lei nº 10.639 (Brasil, 2003) que visa o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, pois acreditamos que legislações como essa estão no campo de atuação e fortalecimento dos direitos humanos.

PARTICIPANTES/INTEGRANTES DA AÇÃO RELATADA

O curso teve como público-alvo educadores da rede pública, buscando facilitar a aproximação desses professores e professoras com temáticas capazes de produzir discussões responsáveis acerca do enfrentamento do racismo estrutural, assumindo também um compromisso com o letramento racial e a implementação de estratégias pedagógicas de combate ao racismo na sala de aula. Como resultados obtidos, a iniciativa obteve um total de 35 inscritos, contando com professores da rede pública e educadores sociais, sendo 46% pessoas autodeclaradas pretas e 31,3% pardas; em relação a gênero, cabe destacar as inscrições de mulheres cisgênero e pessoas transexuais.

Como campo de desafio para os profissionais da educação do curso, utilizou-se como base o estudo que foi realizado em doze escolas públicas de ensino médio presente nas zonas composta pelos cinco bairros, sendo eles Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira/Maracanaú. O estudo aponta uma devolutiva de quase 500 estudantes, no qual, o relatório de pesquisa trouxe aspectos que evidenciam os desafios enfrentados pela comunidade escolar, destacando que 65,5% dos estudantes apontaram a violência presente no território, como um elemento de vulnerabilidade responsável por comprometer o processo de aprendizagem. Dentre o público mais afetado, autodeclarados pretos e pardos, mulheres cis e trans e pessoas LGBTQIAPN+ encontram-se em maior grau de exposição a múltiplas violências (CDVHS, 2023).

No entanto, os estudantes salientaram que as relações interpessoais e a existência de professores de qualidade são fundamentais e contribuem para a continuidade nas instituições escolares. Dessa forma, mesmo com o impacto da violência urbana nas trajetórias educacionais, a escola ainda representa um importante



espaço protetivo, com capacidade de promover mudanças sociais efetivas. Assim a preocupação em proporcionar uma conscientização crítica, política e antirracista dentro da comunidade escolar torna-se um compromisso coletivo.

Essa responsabilidade vem sendo protagonizada pelos projetos sociais, coletivos, ONGs e escolas parceiras por meio da implementação de ações pedagógicas diversas. De acordo com a intelectual bell hooks (2013, p. 51):

Os educadores têm de reconhecer que qualquer esforço para transformar as instituições de maneira a refletir um ponto de vista multicultural deve levar em consideração o medo dos professores quando se lhes pede que mudem de paradigma. É preciso instituir locais de formação onde os professores tenham a oportunidade de expressar seus temores e ao mesmo tempo aprender a criar estratégias para abordar a sala de aula e o currículo multiculturais.

Essa abordagem afirma que pensar uma mudança social verdadeiramente libertadora e inclusiva significa ir contra as concepções instauradas pelas instituições dominantes, buscando implementar um processo de reinvenção de práticas pedagógicas para mudanças efetivas curriculares.

METODOLOGIA APLICADA

A metodologia utilizou recursos diversos para uma melhor experiência e aprendizado, partindo da Educação Popular de Paulo Freire para abordar os temas como democracia, racismo estrutural, resistências negras, a Lei nº 10.639 (Brasil, 2003) e descolonização do currículo escolar.

O curso envolveu etapas de pré-produção, produção e pós-produção. A pré-produção teve atividades de: concepção do curso e elaboração da estrutura e da dinâmica curricular e didático-pedagógica; construção, formação e organização da atuação da equipe; preparação da plataforma virtual; elaboração, organização e disponibilização prévia dos materiais didáticos; preparação prévia das atividades; preparação e divulgação de materiais de comunicação social.

Organizamos o curso com a carga horária de 80h, incluindo três momentos presenciais: conferência de abertura, que aconteceu no auditório da Escola de Tempo Integral Julia Alves Pessoa, no dia 06 de junho de 2023; a visita a uma comunidade quilombola de Alto Alegre na cidade de Horizonte, Ceará, no dia 26 de agosto de 2023; e a atividade de encerramento no Teatro Marcus Miranda, do Centro Cultural Bom

Jardim, no dia 27 de fevereiro de 2024. Os demais momentos ocorreram de forma online, com atividades síncronas e assíncronas, através da plataforma virtual AVA utilizada pelo CDVHS. Assim, para o recebimento do certificado, a(o) cursista que obteve 75% de frequência no curso entre as atividades presenciais e virtuais, teve o direito à certificação.

Estruturamos o curso em três módulos, com temáticas que abordaram a situação histórica e contemporânea, envolvendo a imbricação do racismo na formação do território brasileiro, assim como as formas de intervenção política protagonizadas pela população negra, dentro e fora do ambiente escolar. Os conteúdos foram difundidos a partir de aulas expositivas e dialogadas, com discussões e diálogos acerca dos temas que são citados abaixo. Também foi feito uso de material visual (slides, vídeos de curta duração e filmes) para uma melhor compreensão das/os cursistas. A incorporação desses instrumentos, como material didático e de apoio, ficou a critério de cada professor(a) responsável pela temática.

O primeiro módulo teve como tema “Raça e racismo no Ceará e no Brasil: um reconhecimento de fundamentos histórico-políticos”, contendo três aulas com o objetivo de discutir as concepções de raça, racismo e branquitude; as opressões e resistências na formação da sociedade brasileira e a história de resistência do movimento negro e quilombola brasileiro. Temas necessários para abrir as discussões, como também fazer com que as/os professoras/es tenham acesso a conteúdos que infelizmente não estão presentes em boa parte dos currículos dos cursos de pedagogia nas universidades.

Já o segundo módulo “Democracia e políticas de ações afirmativas: uma abordagem interdisciplinar” discutiu em três aulas os principais conceitos de democracia; as lutas pelas cotas raciais na atualidade e os movimentos negros cearenses com o fortalecimento da identidade negra a partir de ações educativas antirracistas. Buscamos apresentar como as ações antirracistas fazem parte da construção de uma sociedade democrática.

Neste módulo, ocorreu a aula de campo no Quilombo Alto Alegre em Horizonte, Ceará, com um intercâmbio de experiências no combate ao racismo, envolvendo a educação quilombola, e conhecendo o projeto “Cazuzinha”, que foi pensado e produzido pela quilombola Tatiana Ramalho e traz esse nome em homenagem a Negro Cazuza, africano fundador do quilombo junto com a indígena Isabel Cristina, mais



conhecida como “Negrinha do Buriti.” O projeto tem como objetivo fortalecer o pertencimento ao quilombo e também fazer com que as crianças conheçam as histórias dos mais velhos.

No terceiro módulo o tema foi “Escola e a superação do racismo”, com o objetivo de debater estratégias de atuação para as relações raciais; o epistemicídio na educação e o papel da escola na educação antirracista na efetivação da aplicação da Lei nº 10.639 (Brasil, 2003) na promoção de uma didática antirracista; e expressões do racismo na comunidade escolar no projeto político-pedagógico, livro didático e racismo recreativo. Ele suscitou processos de reflexão sobre as situações de racismo recreativo (e o racismo em geral) e como o currículo, o livro didático e o PPP podem ser instrumentos político-pedagógicos de enfrentamento ao racismo na escola.

O curso contou com a contribuição de professoras/es doutores que lecionam na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), pesquisadoras da graduação e de mestrado, assim como professoras da rede pública de ensino e militantes do movimento negro.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Este relato de experiência sistematizou conhecimentos aprendidos durante a execução do curso “Racismo Estrutural e democracia: a busca pela superação do racismo na escola”, promovido pela Escola Popular de Educação em Direitos Humanos, destacando a necessidade e urgência em promover discussões acerca do racismo estrutural e democracia na comunidade escolar como meio para efetivar práticas pedagógicas libertadoras e estratégias para revitalizar o processo educacional. Nesse sentido, ressalta-se a importância da conscientização de educadores comprometidos com a transformação social e preocupados com uma educação engajada, responsável e progressista (hooks, 2013).

Também cabe destacar a relevância do curso enquanto ação que articula extensão e educação, permitindo à universidade se articular à sociedade civil e às escolas, participar da promoção de dinâmicas educacionais relevantes nos campos teórico e prático e, ao mesmo tempo, impactar positivamente a própria formação na universidade, afetando particularmente docentes e discentes envolvidos.



Também foram notados os desafios para levar essas discussões para sala de aula, durante os momentos de reflexão coletiva, por meio dos fóruns virtuais síncronos e assíncronos, em que os professores e professoras relataram as situações de racismo presentes nas escolas e particularmente nas salas de aula e as dificuldades para a construção de espaços de diálogos. Por isso, espaços de formação para e com professoras/os se tornam essenciais e necessários para desconstruir a cultura do preconceito e a inexistência de memórias coletivas presentes no ambiente escolar. Sobre isso o intelectual Kabengele Munanga (2005, p. 16) discorre na apresentação do livro *Superando o Racismo na Escola*:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Portanto, apesar dos desafios, o curso proporcionou de maneira positiva espaços, situações, processos, conteúdos, questões e métodos teóricos-políticos com qualidades expressamente anti-hegemônicas, para o impulsionamento de uma conscientização coletiva, antirracista, participativa e em defesa dos direitos humanos.

O QUE SE APRENDEU COM A EXPERIÊNCIA

A partir da experiência de extensão com o curso “Racismo estrutural e democracia: a busca pela superação do racismo na escola”, foi possível ampliar o repertório metodológico e epistêmico disponível para professores da rede pública do Grande Bom Jardim. Com enfoque nas questões étnico-raciais, salienta-se a importância da troca e partilha de experiências por meio da encruzilhada entre periferia e quilombo, momento de profundo enriquecimento, sobretudo, ao situar ambos territórios nos contextos atuais.

Para os movimentos envolvidos, foram fortalecidas as lideranças de pessoas negras no processo de articulação e fomento de ações antirracistas. O curso expandiu fronteiras, consolidando um espaço de amplitude na formação de profissionais da



educação, pois, a partir de sua efetivação nos territórios, a agenda antirracista encontrou-se em pleno movimento de impacto direto nas tramas de resistência ao racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

CDVHS. **Relatório parcial da pesquisa**: Violências no grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais. Fortaleza: CDVHS/VIESES-UFC, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GORCZEVSKI, Clovis; TAUCHEN, Gionara. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura de paz. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2760>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da Liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE. Censo Demográfico: Tabela 3175 – População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>. Acesso em: 15 jul. 2019.

MACHADO, Eduardo Gomes. **Planejamento urbano, democracia e participação popular**: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003-2008). 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MACHADO, Eduardo Gomes; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Periferias urbanas, redes locais e movimentos sociais em Fortaleza, Ceará. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 40, n. 1, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/62358>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

